



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUDIOVISUAL

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria Estadual de Cultura

No dia 13 de fevereiro de 2025, às 14h30min, no formato virtual, teve início a Reunião Ordinária do Conselho Consultivo de Audiovisual do Estado de Pernambuco. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Adriana Barros Vitor; Alexandre Soares Taquary; Anna Paula Andrade; Clarice Andrade; Marcelo Monteiro Costa; Cecilia Melo da Fonte; Mauríco Corrêa da Silva; William Tenório** e Conselheiras(os) Suplentes: **Paulo Ricardo; Wllyssys Wolfgang.** PAUTA: 01. Lei Paulo Gustavo (atualizações); 02. PNAB; 03. Funcultura Audiovisual. **Maria Samara** confirmou a presença dos conselheiros, explicou a dinâmica das pautas e repassou a palavra para Wanessa Santos, gestora da Secult, que trataria dos pontos PNAB/Pareceristas e LPG. **Wanessa Santos** explicou que, na fase de análise de mérito, os pareceristas eram responsáveis pelas avaliações e que aqueles que não cumpriram com suas obrigações seriam penalizados. Reforçou que alguns deles não poderiam participar do próximo edital de credenciamento, cujo prazo havia sido encerrado recentemente. Destacou a necessidade de finalizar a contratação dos pareceristas finais antes do lançamento do novo edital. Em relação aos agentes culturais que apresentaram discrepâncias concretas nas notas, informou que os casos estavam sendo analisados. Mencionou que a equipe do jurídico era grande e atuava em diversos setores da Fundarpe e da Secult. Confirmou que Marcela era a gerente jurídica da Secretaria de Cultura e que a equipe havia sido reforçada para lidar com as demandas do período. **Anna Andrade** criticou a priorização de eventos na Secretaria de Cultura, apontando que festividades e viagens recebiam mais atenção do que os processos gerenciais dos editais. Destacou a falta de comunicação dentro da equipe e comparou a atual gestão com um período anterior, em que havia mais diálogo. Também questionou o uso da representatividade nas redes sociais, afirmando que, apesar da visibilidade, faltava espaço para participação real. Concluiu classificando a situação como desorganizada. **Maria Samara** agradeceu a Wanessa pelas contribuições e explicou que os apontamentos apresentados eram resultado de diversos questionamentos recebidos pela coordenação de audiovisual. Mencionou que as demandas vieram não apenas do Negritude, mas também da ABD, de conselheiros e de agentes individuais que a procuraram por diferentes meios, incluindo seu contato pessoal e o da coordenação. Ressaltou que os e-mails ainda não respondidos seriam atendidos e que a equipe enfrentava um período de grande demanda, com muitas

reuniões sendo agendadas. Destacou que sistematizou as questões recebidas para apresentá-las ao conselho, enfatizando a importância da discussão dentro desse espaço, que também servia como canal de diálogo com a gestão. **Maurício Corrêa** afirmou que o objetivo era dialogar e buscar soluções para os problemas de forma eficiente. Destacou a importância de encontrar a melhor maneira de agilizar os processos e evitar complicações. Mencionou sua participação na Brandina de Animação do Cone (Centro-Oeste, Norte e Nordeste) e citou confusões ocorridas nesse contexto, especialmente relacionadas à destinação de recursos. Reconheceu as dificuldades do trabalho no setor público e a pressão enfrentada pela equipe. Encerrou agradecendo pela atenção. **Wanessa Santos** sugeriu que Maria entrasse em contato com Maurício para organizar reuniões com a ABD e o coletivo Negritude na Secretaria de Cultura. Reforçou a importância do diálogo e destacou que esses encontros seriam positivos para alinhar questões com os demais gestores. Colocou-se à disposição para viabilizar as reuniões e garantir que acontecessem em breve. **Anna Andrade** sugeriu que a reunião encerrasse com a data do encontro já definida, ressaltando que o espaço do conselho deveria ser utilizado para esse tipo de organização. **Maria Samara** informou que, atendendo à solicitação dos conselheiros, foi marcada uma reunião extraordinária para terça-feira, 18/02, às 14h30. Pediu que Cecília, se possível, definisse algumas pautas junto aos conselheiros e as compartilhasse no grupo. Destacou a importância de organizar as pautas com antecedência, justificando a necessidade de tempo para essa preparação. **Clarice Andrade** apresentou as alterações no Funcultura, lançado em 23 de janeiro. Informou que as inscrições para o audiovisual ocorreriam de 7 de abril a 6 de maio, mantendo o mesmo formato anterior. Destacou como principal novidade a destinação de R\$7 milhões para cinco novos editais de patrimônio, sem alterar os percentuais das linguagens específicas, como audiovisual e música. O edital geral teve recursos realocados para criar um edital exclusivo para patrimônio, retirando 1% do orçamento governamental. O valor destinado ao audiovisual aumentou de R\$9,28 milhões para R\$11,31 milhões. O limite por CNPJ subiu de R\$700 mil para R\$1 milhão, e a categoria de longa-metragem passou a permitir até R\$1 milhão para ficção e animação, e R\$600 mil para documentários. Não houve mudanças na forma de participação para pessoas físicas, jurídicas e MEIs. O edital foi estruturado para melhorar a acessibilidade e facilitar a compreensão, com a participação ativa do conselho na elaboração. Apesar das restrições do Funcultura, buscou-se um modelo mais simples, semelhante aos editais da PNAB e Paulo Gustavo. Todos os documentos e a resolução estavam disponíveis no Cultura PE, com o CPC aberto até 17 de março. Após o Carnaval, o CPC seria realizado pelo Mapa Cultural, permitindo mais rapidez na análise e maior organização para os produtores. Por fim, colocou-se à disposição para dúvidas. **Cecília da Fonte** comentou sobre a fala de Clarice, destacando que o Conselho não participou amplamente como foi sugerido. Embora um grupo de trabalho (GT) tenha sido formado para aprofundar a participação, não houve avanços nesse sentido, e o único retorno recebido foi de informações da reunião unificada dos conselhos, que não foi específica para o edital audiovisual. Cecília afirmou que diversas sugestões foram feitas por grupos como o pessoal do Sertão, MAPE e Negritude, mas, ao ler o edital, percebeu que essas sugestões não foram consideradas. O único ponto aceito foi a exceção do protocolo de registro da FBN. Questionou o motivo de as propostas sistematizadas não terem sido adotadas e por que o edital foi lançado sem um processo real de participação do Conselho, como acontecia anteriormente. Se dispôs a compartilhar o documento do MAPE sobre a avaliação do edital, mas não sabia como seria a dinâmica para isso, já que o edital já havia

sido lançado. **Clarice Andrade** expressou dificuldades para responder às perguntas, pois não teve acesso prévio a elas. Preferiu que as questões fossem postadas no grupo para que ela pudesse responder adequadamente, garantindo que não havia informações secretas. Explicou que, em 2023, a discussão sobre o edital foi encerrada com a decisão de não discutir o ponto a ponto do edital novamente, pois isso poderia ser visto como privilégio, considerando que o conselho não poderia concorrer aos editais. Clarice destacou que, embora não fosse possível implementar todas as sugestões, o Conselho teve espaço para contribuições e houve tentativas de incluir as melhores sugestões nas mudanças do edital. Afirma que a participação do Conselho foi importante e que as contribuições, embora não totalmente implementadas, ajudaram a melhorar o processo. Reconheceu que não conseguiu implementar todas as mudanças desejadas, mas considerou que o trabalho do Funcultura foi significativo, com a possibilidade de aumento de valores e novos decretos. Por fim, agradeceu a participação de todos, reforçando o esforço coletivo para o avanço do edital. **Cecília da Fonte** afirmou que a questão sobre a participação na concorrência do edital já havia sido discutida anteriormente. Ela ressaltou que, em reuniões passadas, sempre houve possibilidade de participação, sem que isso configure favorecimento. No entanto, mencionou que, conforme o Regimento do Conselho, a participação só seria viável caso a minuta final não estivesse disponível, para evitar qualquer privilégio de informação. Ela destacou que, apesar das observações apresentadas, nenhuma delas foi considerada. Segundo ela, não houve um espaço efetivo de discussão, pois se entendeu que não existia um meio-termo para permitir a contribuição do grupo. A arrecadação de recursos, segundo Cecília, já era uma pauta antiga e, embora o aumento dos recursos estivesse previsto em lei, essa não havia sido uma conquista isolada de uma iniciativa específica. Cecília também pontuou que argumentos burocráticos, como regimentos e leis, eram frequentemente utilizados para restringir a participação. Ela enfatizou que a classe do audiovisual demonstrava empenho em retomar o diálogo com a gestão, já que esse espaço havia existido no passado e sido construído coletivamente. No entanto, ressaltou que a escuta não poderia se limitar a promessas futuras, sem ações concretas e efetivas. Ela lembrou que todas as observações já haviam sido sistematizadas e enviadas antes do lançamento do edital, com o objetivo de fomentar um diálogo produtivo. No entanto, observou que as questões apresentadas pelo setor não foram debatidas previamente e que as mudanças implementadas no edital surgiram como uma surpresa. Por fim, Cecília Fonte considerou que o processo foi insuficiente e apontou falhas na resposta da gestão às demandas da classe. Ela reforçou que não se tratava de uma questão pessoal com indivíduos específicos, mas sim de problemas estruturais e metodológicos que precisavam ser corrigidos para garantir uma participação mais efetiva. **Clarice Andrade** afirmou que a forma como a discussão estava sendo conduzida soava desrespeitosa e passava a impressão de que a questão se tornava pessoal. Destacou o esforço contínuo para aprimorar o Funcultura, buscando torná-lo uma ferramenta cada vez melhor. No entanto, reconheceu que o processo foi insuficiente e que poderia ter havido mais debate. Comprometeu-se a revisar o documento enviado e apresentar uma resposta na reunião do dia 6 ou disponibilizá-la no grupo, caso fosse mais adequado. Ressaltou que, no ano anterior, não houve contribuições registradas e que a tentativa de diálogo ocorreu de ambos os lados. Pontuou que o Funcultura passou por melhorias operacionais sem alteração na legislação e que, pela primeira vez, foi possível garantir um decreto anual de valores, conforme previsto em lei. Mencionou o esforço significativo para o aumento de R\$7 milhões no orçamento e explicou que a intenção era continuar

monitorando os saldos para garantir recursos futuros, ainda que sem garantia de crescimento anual. Explicou que a sistematização das reuniões seguiu o mesmo procedimento do ano anterior, sendo realizadas de forma unificada devido à indisponibilidade de datas no conselho. Reforçou que o próprio conselho poderia solicitar reuniões específicas para discutir o Funcultura e que havia disposição para comparecer presencialmente com uma equipe maior, caso necessário. Reconheceu a necessidade de mudanças na legislação, mas ressaltou que esse processo exigia ampla participação da sociedade civil. Por isso, sugeriu a criação imediata de um grupo de trabalho para iniciar a discussão sobre possíveis alterações legislativas, demonstrando abertura para o diálogo e colaboração. **Anna Andrade** iniciou sua fala agradecendo a manifestação anterior, destacando que, pela primeira vez, ouvia alguém da gestão admitir que as coisas não estavam funcionando. Ressaltou a importância de reconhecer fragilidades no ambiente de trabalho, pois isso fortalecia a construção coletiva. Demonstrou indignação ao mencionar a devolução de três milhões de reais pelo Estado, enfatizando a dificuldade de dialogar com a gestão e a falta de respostas, como no caso do e-mail enviado em dezembro e ignorado até fevereiro. Destacou que a frustração não era dirigida a indivíduos específicos, mas sim ao processo como um todo. Ressaltou a relevância da participação da sociedade civil na construção de políticas públicas, lembrando que, nos anos anteriores, os editais eram elaborados de forma coletiva, a partir de contribuições das entidades. Criticou o fato de o último edital ter sido lançado sem nenhuma consulta prévia, o que gerou descontentamento no conselho. Apoiou a proposta de retomar os debates sobre os editais, sugerindo a criação de um grupo de trabalho para discutir a pauta na próxima reunião. Enfatizou a necessidade de garantir que as contribuições dos representantes do Sertão e do Agreste fossem consideradas, visto que essas regiões possuíam múltiplos municípios e enfrentavam dificuldades para acessar diretamente a gestão. Leu um trecho do regimento do Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco, destacando suas funções, como a participação na elaboração de políticas públicas e na definição dos editais. Defendeu o cumprimento do regimento e a retomada da indicação de pareceristas pelas entidades, ressaltando a responsabilidade envolvida na gestão dos recursos públicos. Finalizou sugerindo que a próxima reunião do conselho, agendada para o dia 28 de abril, incluísse como pauta prioritária o debate sobre o edital do próximo ano, reforçando a importância da participação ativa da sociedade civil para garantir a aplicação correta dos recursos do setor audiovisual. **Maria Samara** agradeceu as falas anteriores e destacou a importância de aprofundar a discussão, não apenas responder aos documentos. Concordou com pontos apresentados por Clarice e outras pessoas, mencionando sua experiência ao lado de colegas do MAPE, de quem aprendeu muito. Optou por não responder imediatamente ao que considerou ataques, preferindo evitar termos que não correspondiam ao contexto do debate. Lembrou que assumiu a coordenação de audiovisual em um momento conhecido por todos e ressaltou sua disposição para o diálogo. Propôs a realização de momentos de escuta com cada entidade individualmente, como parte do planejamento da coordenação, argumentando que era essencial compreender o audiovisual em Pernambuco em suas diversas linguagens e especificidades. Mencionou seu orgulho em ter participado da construção do Festival de Cinema de Triunfo e ressaltou a importância de ouvir as pessoas da cidade, que recebiam o evento. Defendeu que o festival fosse debatido pelo conselho e destacou o valor da percepção da comunidade local para a coordenação. **Anna Andrade** questionou sobre o exercício fiscal do Funcultura, afirmando que a única informação disponível era o

encerramento do exercício de 2024 no dia 3 de dezembro. Ressaltou que, até o dia 12 de fevereiro, o exercício fiscal de 2025 ainda não havia iniciado. Demonstrou interesse em compreender a dinâmica desse processo, especialmente em relação ao funcionamento da Secretaria da Fazenda (Sefaz) no que diz respeito a projetos com parcelas e empenhos a receber. Observou que o Funcultura informava que o exercício não havia começado e solicitou esclarecimentos sobre o calendário fiscal, perguntando se seria possível compartilhá-lo. **Clarice Andrade** explicou que o calendário fiscal não é repassado de forma fixa, reconhecendo que alguns setores do governo já haviam reaberto, mas que o Funcultura ainda não havia iniciado esse processo. Informou que estavam se preparando para reabrir em breve, organizando toda a documentação e se esforçando para garantir a maior celeridade possível nos pagamentos. Destacou o esforço contínuo desde março/abril de 2023 para reduzir o fluxo interno de pagamento, com a meta de evitar atrasos e garantir que a programação financeira fosse mantida, sempre buscando eficiência na administração. **Maria Samara** informou que passaria para o próximo item da pauta e convidou Érica Fred, coordenadora-geral de articulações e gestão, para dar um informe e fazer um convite para um evento que ocorrerá em março. Ela deu as boas-vindas a Érica e a autorizou a se apresentar e fazer o convite. **Érica Fred** agradeceu a oportunidade de falar e destacou a importância do convite para o conselho. Ela informou que, em março, Recife será sede da reunião da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, ligada ao Ministério da Cultura, responsável pela aprovação dos projetos culturais submetidos ao incentivo fiscal da Lei Rouanet. A reunião será a única do tipo na região Nordeste e contará com atividades voltadas para os fazedores culturais, incluindo encontros setoriais, especialmente com a bancada do audiovisual e técnicos da Secretaria do Audiovisual. As inscrições para o evento começarão na terça-feira seguinte, com atividades no dia 12 de março. A programação incluirá apresentações artísticas, palestras e encontros setoriais com a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, composta por membros da sociedade civil e representantes de diversas áreas culturais. O objetivo do evento é promover o diálogo, o networking e a troca de informações sobre a Lei Rouanet e projetos culturais. Érica também se colocou à disposição para esclarecer dúvidas. **Willyssys Wolfgang** compartilhou que o CEPC estava se articulando para realizar uma reunião descentralizada em Petrolina, em maio, no evento "Pernambuco Meu País". Ele destacou que, independentemente da participação da gestão, a reunião descentralizada aconteceria e os conselheiros já estavam se organizando para isso. Willyssys mencionou que a possibilidade de o Conselho Consultivo do Audiovisual também participar seria incrível, assim como seria interessante realizar a reunião do CEPC em Petrolina, permitindo que todos vivenciassem a experiência da Caatinga e da cidade. **Igor Machado** informou que, conforme Maria já havia comunicado ao grupo, o mandato atual do conselho se encerraria em maio de 2024. Devido às demandas ocorridas, decidiu-se iniciar o processo de solicitação e marcação para a composição do novo mandato do conselho do audiovisual. Em abril, os novos indicados seriam encaminhados para o conselho. Ele apenas avisou sobre o andamento do processo e agradeceu. Nada mais havendo a tratar, **Maria Samara de Almeida**, Secretária do Conselho Consultivo de Audiovisual, agradeceu a presença de todos(as) e deu por encerrada a reunião. Em seguida, lavrou a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por ela e pelos(as) demais conselheiros(as) presentes.

Samara Maria de Almeida (Secretária)

Adriana Barros Vitor

Alexandre Soares Taquary

Clarice Andrade

Marcelo Monteiro Costa

Cecilia Melo da Fonte

Mauríco Corrêa da Silva

William Tenório

Paulo Ricardo

Wllyssys Wolfgang